



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUADALUPE – ESTADO DO PIAUÍ

Aos 21 (vinte e um) dias do mês de Junho do ano 2.010 (dois mil e dez), nesta cidade de Guadalupe, no Palácio Legislativo Vereador Georgiano Fernandes Lima, no Plenário Vereador Everton Rodrigues dos Santos, reuniram-se os senhores vereadores: José Lourenço Mousinho Mota – Presidente, Adcárliton Rodrigues da Silva “AD” – 1º (primeiro) Vice-Presidente, Ana Lúcia Polícarpo da Cruz Gomes – 1ª (primeira) Secretária, Pedro Mariano Neto Fernandes “Pierre” – 2º (segundo) Vice-Presidente, Amadeu Luiz Pereira Júnior, Jesse James Lima Miranda, João Ricardo Lima da Costa e Surama Santana de Sousa Martins. Não compareceu o senhor Vereador Edivan Pereira de Miranda – 2º (segundo) Secretário. O **Presidente Zé Mota**, em nome de Deus, declarou aberta a presente Sessão e justifica a ausência do Vereador Edivan. Expediente: Lido o comunicado nº. 579057/MS/SE/FNS do Ministério da Saúde que informa a liberação de recursos financeiros para pagamento de Agentes Comunitários de Saúde – ACS, comp. 05/2010, no valor total de R\$ 16.926,00 (dezesseis mil novecentos e vinte e seis reais). Lido o ofício nº. 031/2010 da Colônia de Pescadores com sede em Guadalupe que solicita espaço de vinte a trinta minutos na Sessão da Câmara para o Presidente da Colônia falar sobre os projetos de pesca e aquicultura já conquistados e os que estão em andamento que são de grande importância para o desenvolvimento sustentável do Município de Guadalupe, graças à organização desse segmento de pesca e aquicultura no Município. O **Presidente Zé Mota** informa que com relação ao ofício lido que posteriormente será enviado um ofício ao mesmo comunicando a data que vai ser informado a todos os vereadores sobre os minutos que ele está solicitando, embora tenha a rádio que posso muito bem pedir para ceder os minutos para o Presidente da Colônia sem ser durante a Sessão. Lido o convite da Secretaria de Desporto, turismo e Lazer que convida os Vereadores e Funcionários da Câmara Municipal de Guadalupe para participar do VI festival de Folguedos em nossa cidade nos dias 25, 26 e 27 de Junho do ano em curso no Salão Paroquial a partir das 19:00 h. O **Presidente Zé Mota** coloca em votação os requerimentos de autorização legislativa dos senhores: Mariaelvia Fernandes de Sousa Chagas

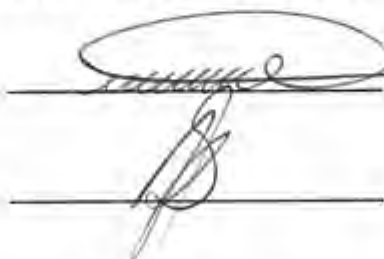
CNPJ 23518236/0001-10

Centro Administrativo, 1300 - Fone: (89) 3552-1264

CEP 64840-000 Guadalupe - Piauí

E-mail: camaramunicipalguadalupe@gmail.com

[lote: 01(um), quadra: 03 (três), Bairro Bela Vista, medindo 9,00 m (nove metros) por 30,00 m (trinta metros)], Otacílio Barbosa de Freitas Neto [lote: 02-A (dois A), Quadra: 24 (vinte e quatro), no Bairro Vila Dantas, medindo 7,50 m (sete metros e cinquenta centímetros) por 42,00 m (quarenta e dois metros)], Betânia Nolêto Rêgo [lote: 14 (catorze), Quadra: 04 (quatro), no Bairro Coqueiro, medindo 8,00 m (oito metros) de frente por 18,00 m (dezoito metros)], Rita Maria de Sousa [lote: 02 (dois), Quadra: 01 (um), no Bairro Cruzeta, medindo 15,00 m (quinze metros) por 30,00 m (trinta metros)] e Joseana Mousinho de Almeida de Moraes [lote: 07 (sete), Quadra: 01 (um), no Bairro Vila Dantas, medindo 10,00 m (dez metros) por 33,50 m (trinta e três metros e cinquenta centímetros)]. Os mesmos são aprovados por unanimidade. O **Presidente Zé Mota** coloca o Projeto de Lei nº. 010/2010 do Poder executivo sobre as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2011 e dá outras providências e suas emendas para discussão. O **Presidente Zé Mota** pergunta aos Vereadores se colocar para votação por emenda ou o Projeto todo. Fala que houve dois votos contra sem dizer o motivo e essa Casa não aceita sem uma justificativa, não é só dizer que vai reprovando, porque tem que descrever item por item, porque nós estamos aqui para alterar a Lei de Diretrizes Orçamentárias, até no total dela, no total o Vereador pode até pedir: não, eu vou mexer por completo. Agora como eu li aqui pela reprovação, não justifica e o povo quer saber por quê. Porque o que está dito aqui, não está dizendo nada. Lembra o artigo cento e treze, parágrafo único e o cento e vinte e oito que vossa excelência deve ler aí para poder se fundamentar melhor nas informações do que nas informações de que me disseram. Quero que fique tudo claro e vai ficar tudo gravado quais são os Vereadores que quer que Guadalupe vá para frente e os que não quer. Nós temos que deixar bem claro isso, os contra, o povo tem que saber porque, tem que dizer, as pessoas que querem ver Guadalupe para frente e os que não querem, o poder de votar está bem claro, está aqui o parecer do Tribunal de Contas e a Constituição Federal dizendo que não pode ser reprovado, está aqui, o Vereador tem a obrigação de mexer nele completo, mudar tudo que for possível, mas não pode ficar sem aprovação, está aqui tem todo o direito de mexer nele completo, do começo até o fim, dizendo o que quer e o que não quer, mas nós não podemos deixar de aprovar o orçamento e caso seja aprovado, está aqui





quem está infringindo a Constituição Federal e o povo vão ficar sabendo quem foi que votou contra a Constituição Federal, está apenas dizendo isso, quem quiser votar vote, agora sabendo como é que diz a Constituição Federal, porque vê o seguinte, se o nosso papel é de fiscalizar, tudo bem, vamos fiscalizar, vamos fazer o que nós queremos, fiscalizar e alterar do começo ao fim, do artigo um até o final dos artigos que ela tiver. Lido o relatório nº. 026/2010 da Comissão de Orçamentos e Finanças ao Projeto de Lei nº. 010/2010 do Poder executivo sobre as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2011 e dá outras providências e suas emendas. O **Presidente Zé Mota** diz que não vai passar sem o povo saber, vou citar nome por nome quem votou contra a cidade de Guadalupe. Vai ser dito aqui, vai dizendo a palavra contra e eu vou dizer Vereador tal votou contra, porque tem Vereador aqui que se pudesse a Prefeitura estava dentro do buraco, até sem pagar o povo e antes estava junto com o Prefeito e hoje está acompanhado um grupo que estou sabendo o porque o motivo e o povo vai saber porque no final, no final a gente vai saber porque, saber de um por um a finalidade, o povo está aí. Quem vai julgar nós Vereadores é o povo. Vai ser dito o nome de cada Vereador, isso não tem problema nenhum, vai ser dito, porque nós queremos transparência, para quando um Vereador chegar batendo na porta de uma pessoa e ela dizer: você lembra que você votou contra nós, tá aí. Gleison deixa bem gravado, bem limpo, para o pessoal ficar sabendo sobre o resultado dessa votação. Neste momento abro discussão para o parecer da Comissão. Cada Vereador vai ter cinco minutos para dar sua exposição. Em primeiro lugar, o Vereador Pierre. Estou com o resultado da comissão em mãos, praticamente hoje é a última Sessão, porque a do dia vinte e oito é uma Sessão exclusivamente de encerramento, não podemos tratar de outro assunto além do encerramento, então a palavra está aí, vou pedir aos nobres Vereadores, para evitar constrangimento, quando eu colocar aqui é porque está chegando os cinco minutos. Com a palavra a **Vereadora Lúcia** diz que como é do conhecimento de todos, hoje está sendo colocado em votação, discussão e votação, a Lei de Diretrizes, a LDO, a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano, prevista para o ano de dois mil e onze. Gostaria de solicitar aos senhores Vereadores, como pedir Sessão passada que lessem com atenção o artigo cento e sessenta e cinco da Constituição Federal do



Brasil. No Brasil a Lei de Diretrizes Orçamentárias tem como principal finalidade orientar a elaboração do orçamento fiscal e da seguridade social e de investimentos do Poder Público, incluídos os Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e Empresas Públicas e Autarquias, buscando sintonizar a Lei Orçamentária anual, a LOA, com as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública estabelecida pelo Plano Plurianual de acordo com o parágrafo dois do artigo cento e sessenta e cinco da Constituição Federal, a LDO compreenderá as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da LOA – Lei de Orçamento Anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais. Chamo atenção dos senhores Vereadores para o seguinte parágrafo a Constituição Federal Brasileira não permite a rejeição do projeto de Lei de diretrizes Orçamentárias, porque declara expressamente que a Sessão Legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias. Então com essas informações, quero comunicar e dizer a Sessão Legislativa aberta hoje dia vinte pelo senhor Presidente José Mota não será encerra sem a aprovação da LDO é o que diz, é o que determina a Constituição Federal Brasileira, então creio eu no meu entendimento que nenhum Vereador desta Casa, representante do povo de Guadalupe irá votar contra a Constituição Brasileira. Também quero, se possível, não tive tempo de tirar xérox, mas tenho um artigo em minhas mãos que diz: nunca ouviu falar em votar contra a LDO, mais uma vez volto afirmar que votar contra a LDO é votar contra a Constituição Brasileira Federal, então com essas palavras, que em hipótese alguma, estamos aqui impondo votação favorável a LDO, de maneira nenhum, a LDO foi mandada a essa Casa, pelo Prefeito Municipal, no dia trinta do quatro de dois mil e dez, para isso tempo para apreciarmos e fazermos a alteração necessária, infelizmente não tem mais tempo para se falar, quero saber do senhor Presidente se voltarei para defender minhas duas emendas. Se será em outro tempo? O **Presidente Zé Mota** fala que será em outro tempo. Com a palavra o **Vereador Amadeu Júnior** fala que a matéria que vamos tratar neste instante pede que nós, os Vereadores, vamos fazer um juízo de admissibilidade, se nós vamos por em votação, nesta Reunião ou se não vamos. Eu utilizei a palavra Reunião que é



diferente de Sessão Legislativa e já já vamos chegar no âmago desta questão. Vejam bem colegas vereadores, no momento que a Comissão especializada proferiu um parecer contrário a este projeto de LDO, contrária a sua apreciação, o artigo cento e treze da Constituição Federal, ele diz que quando há uma rejeição da Comissão especializada, colocasse a matéria para o sufrágio, para ser decidida pelo Plenário que tem uma força máxima, como uma assembleia geral extraordinária, que tem mais força que a Comissão, então uma vez que a Comissão deu um voto desfavorável por dois votos a um, chama-se a Assembleia Geral, no caso o corpo de todos os Vereadores presentes e os Vereadores presentes vão dizer se a matéria será colocada em votação nesta Reunião ou não. Eu chamo atenção dos colegas para a diferença de uma Reunião para Sessão Legislativa, tem razão, em parte, a Vereadora Lúcia quando diz que nós não podemos encerrar a Sessão Legislativa sem votar a LDO, temos que votar, só que a Sessão Legislativa nossa começou em fevereiro vai até novembro, diferente é Sessão Legislativa para Reunião Legislativa. Reunião nós fazemos toda segunda-feira e a Sessão nossa irá até novembro antes do recesso. Então nós podemos votá-la hoje ou não, nós podemos nos reunir amanhã, a partir de algumas modificações que haverão de ser feitas, por iniciativa do Executivo ou por modificações da própria Câmara através de emendas legislativas e nós poderemos nos reunir amanhã ou depois, tantas vezes que forem necessárias para votar a LDO, então passada essa premissa, essa preliminar que utilizo, pergunto se os colegas estão cientes dessa explicação. Então veja bem, a Câmara poderá suspender os seus trabalhos e a nossa Sessão irá até o mês de novembro e nós iremos votá-la quantas vezes forem necessárias enquanto não superarmos esses impasses, enquanto não suprimos essas lacunas. Então veja bem a matéria muito conturbada eu analisei e vi algumas contradições que pretendo rebatê-las em mérito, mas por que eu vou utilizar neste instante é porque minha decisão vai ficar vinculada e meu parecer favorável ou contra vou dizer no final. Meu parecer vai ser contra ou a favor de acordo com meu entendimento sobre a objetividade, a clareza desse Projeto de Lei, se eu votar contra, caros guadalupenses, em nenhum momento vai ser por desamor a minha terra, que, aliás, eu gosto muito de Guadalupe e aqui estou para defender cada cidadão e é justamente por esta questão que eu venho a essa

tribuna dizer que esse projeto de LDO está contraditório, esse Projeto está lacunoso, este Projeto está omissivo e precisa ser avaliado novamente e precisa ser corrigido em alguns de seus pontos, daí eu porque vim mostrando e dando algumas pinceladas porque o tempo é curto, mas só analisando algumas questões, no artigo segundo inciso terceiro quando fala: ampliar na elaboração do orçamento do Município, tomar-se-ão as seguintes prioridades: ampliar a capacidade de investimento do Município em parceria dos segmentos econômicos da cidade e outras esferas do governo e adoção de medidas de combate a inadimplência, sonegação e evasão de receitas, ora há de se fazer mais explicações sobre essa questão, no entanto me chama atenção o parágrafo quinto fala que os valores dos contratos terceirizados de mão-de-obra que se refere a substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como outras despesas de pessoal através de contrato de terceirização, ora, essa previsão de contratar terceiros e empresas terceirizadas é desnecessária porque nós temos um concurso público feito e sequer foram chamadas pessoas que foram aprovadas e essas pessoas estão na justiça buscando os seus direitos de empregar. Como é que vamos falar de contratar terceirizados se nem as pessoas do concurso foram chamadas? É outra lacuna. São diversas outras, daí porque peço aos colegas e ao povo de Guadalupe entenda o meu voto neste instante da admissibilidade, se nós vamos por esse projeto em votação hoje ou não. Eu voto contra porque além desse artigo que eu li existe, pelo menos, mais dez que precisam ser reformados, infelizmente não posso dizer agora porque o tempo acabou. Parágrafo quinto artigo sexto. Fica aqui meu parecer neste momento que nesta reunião, hoje, Vereador Amadeu Júnior vota pela inadmissibilidade em colocar o Projeto em votação, mantendo-se o parecer da Comissão. Com a palavra o **Vereador AD** glorifica e agradece a Deus por está mais uma vez nesta Casa para debatermos assuntos tão importantes concernentes ao nosso Município. A Lei de Diretrizes Orçamentárias é primordial para o andamento do ano de dois mil e onze e todos nós sabemos. Foi dito aqui que o tempo foi pouco para se analisar essa Lei, o Presidente Zé Mota e na ausência do Presidente eu, como Vice-Presidente, é quem assumo a responsabilidade desta Casa e esta aqui a data que o Prefeito enviou para esta Casa e eu quero falar a data para todo guadalupense ouvir, está aqui assinado e datado no dia trinta do





quatro de dois mil e dez. Trinta do quatro de dois mil e dez, hoje são vinte e um do seis de dois mil e dez, quase sessenta dias para essa Casa analisar esse Projeto e os guadalupenses precisam saber também que o dever do Vereador como fiscalizador é analisar o Projeto e o que estiver contrário na LDO ele faz a sua emenda, como o Presidente falou, ele pode mudar até ela toda, se achar que deve, como eu, o Pierre e Surama fizemos, a Vereadora Lúcia fez e outros Vereadores fizeram, emendas modificando alguma coisa e sobre o parecer da Comissão, eu estou aqui com nosso Regimento Interno que é o que rege esta Casa, o que estabelece a nossa maneira de trabalhar, o artigo cento e três do nosso Regimento Interno diz que sempre que o parecer da Comissão for pela rejeição do Projeto deverá o Plenário deliberar primeiro sobre o parecer antes de entrar em consideração do Projeto, tudo bem. Artigo cento e vinte e oito os casos não previstos neste Regimento serão resolvido soberanamente pelo Plenário cujas decisões se considerarão as mesmas incorporadas. No início o que se deu a entender que não era nem para vim para o Plenário, mas é que o Regimento está dizer e essa Mesa desde o início está dizendo isso, o que nós queremos é que vossa excelência coloque o parecer da Comissão seguindo o Regimento, coloque o parecer da Comissão para que os nove Vereadores, não são nove por o Edivan teve que viajar, os oito Vereadores que aqui estão deliberem sobre o parecer, nós vamos aceitar o que a Comissão decidiu ou não, eu, particularmente, depois de ter feito emendas eu voto contra esse parecer, eu voto contra esse parecer, é uma decisão minha, eu modifiquei o que achei que precisava melhorar, então fica aí. Vamos seguir o Regimento Interno, vamos seguir a Constituição Federal e não fazer a coisa do nosso jeito e sim do jeito que a Lei pede. O **Presidente Zé Mota** ressalta que estamos falando no momento sobre parecer a Lei de Diretrizes Orçamentárias, não vamos estar em outra matéria, estamos falando só sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Com a palavra o **Vereador João Ricardo** fala que em relação ao parecer o meu voto e o voto do Vereador Jesse James foi contrário e isso nós destacamos porque nós zelamos a administração para dois mil e onze. A lei de Diretrizes Orçamentárias, como a doutora Lúcia falou, tem objetivo principal finalizar, orientar a elaboração do orçamento fiscal, seguridade social e investimentos, compreender metas e prioridades da administração pública, orientar a elabo-

CNPJ 23.518.236/0001-10

Centro Administrativo, 1300 - Fone: (89) 3552-1264

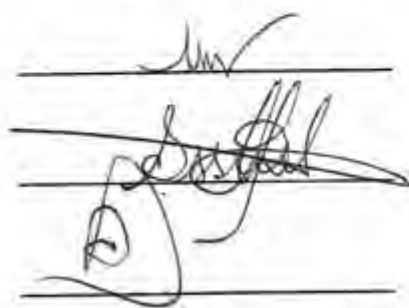
CEP 64840-000 Guadalupe - Piauí

E-mail: camaramunicipalguadalupe@gmail.com



ração da LOA, dispor sobre as alterações tributárias, tem muito mais coisas para se falar sobre o conceito de LDO, mas como, infelizmente, o tempo é curto não dar para se aprofundar muito. De acordo com o que o Vereador Amadeu Júnior, até já tinha dito para ele, o artigo quinto parágrafo quinto, os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra a que se referem a substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como outras despesas de pessoal decorrente de contrato de terceirização é um parágrafo muito duvidoso, muito ambíguo. Hoje nós devemos colocar na lei o que queremos para dois mil e onze, por isso se faz necessidade que essa Lei de Diretrizes Orçamentárias seja revista, por que qual é a segurança que eu vou dar para o servidor público que perdeu o seu cargo para colocar um terceirizado? Ainda fala: serão contabilizados como outras despesas de pessoal decorrentes de terceirização. Está incluído recolher os encargos sociais, INSS e demais? Então tem que ser explicado isso aí. Mas considerando a compreensão clássica e sempre válida das interpretações das leis, de que o legislador não usa palavras inúteis, os contratos de terceirizados ainda não incluem despesas com materiais e equipamentos, ou seja, de pura mão-de-obra ou que visam o trabalho temporário nos termos da Lei número seis mil dezanove setenta e quatro celebrados com a finalidade de substituição de pessoal, não estando englobado nos limites de cinquenta, sessenta por cento de despesas, posto que nem serão contabilizados como despesa total de pessoal, cabe salientar que ainda que mesmo com a contabilização como outras despesas de pessoal, ou seja, evidentemente, outra rubrica que não despesa total com pessoal o texto da lei exige duas condições a saber: que os contratos de terceirização sejam de mão-de-obra, isto é, sem incluir materiais e equipamentos e que objetiva a substituição do servidor público ou empregado público, envolvendo assim tanto os regidos pelo regime de servidor público quanto os regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho. Quanto aos contratos de prestação de serviços de terceirização em atividade, outras que não mão-de-obra pura ou substituição de pessoal, tais como limpeza, conservação, manutenção de móveis, imóveis, equipamentos e máquinas, refeições, vigilância, transporte, digitação, locação de equipamentos e outros similares, torna-se desnecessário tecer comentários, porque tais contratos nem tem como objeto a locação de mão-de-obra, nem a substituição de pes-

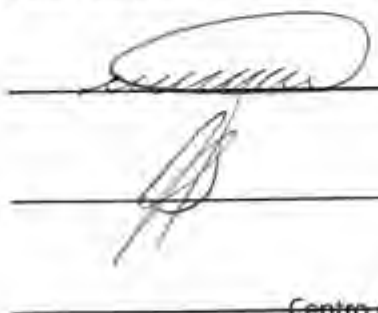
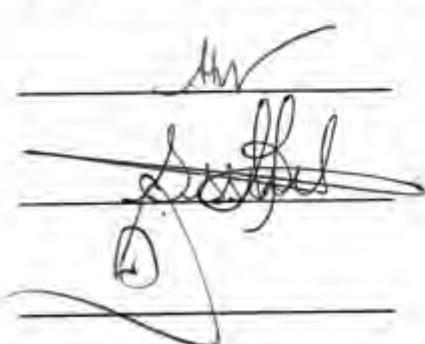
soal ou servidores e empregados públicos, pois são contratos de serviços que incluem materiais e equipamentos da administração, ademais o decreto dois mil cento e setenta e um barra noventa e sete que dispõe sobre contrato de serviço pela administração pública, ou seja, de servidores e empregados públicos, em seu artigo primeiro parágrafo segundo veda a terceirização de atividades previstas como categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do ente público e se conclui pôs os limites com despesa com pessoal nos percentuais de cinquenta por cento para União e sessenta para Estados e Município não estão abrangidas contratação de serviços, nem de outras mesmas, essas envolvendo pessoal necessário a execução dos contratos. Essa foi só uma das bases, das condições que falarei devido ao tempo porque está completamente obscuro e mais obscuro ainda é quem fez, quem fez essa Lei de Diretrizes Orçamentárias é completamente inexperiente, não tem condição e já coloca isso para vim para Comissão, eu vou aprovar, essa Lei vai cair, eu acredito que não tenha sido o Prefeito, mas vai cair na mão de quem isso aqui futuramente? Vai poder executar? Então a nossa intenção aqui, o grupo, não vejo nenhum aqui contra o Prefeito, muito menos contra o povo de Guadalupe, mas sim temos o compromisso de zelar, de prevenir e é por isso eu que estou votando na Lei de Diretrizes Orçamentárias contra, porque nós merecemos coisa segura sem interpretação errônea, nem nada, e se for aprovado ou reprovado estarei aqui em Julho ou que a Câmara vá até vinte de Julho, eu vou está aqui para dar sustentabilidade ao nosso Município, porque estão precisando de nós e estamos aqui para fazer as coisas da melhor forma possível. O **Presidente Zé Mota** diz que acha, o que vi nas palavras do João Ricardo até que concordo com o discurso dele aí, se alguém fez alguma coisa errada nós estamos aqui para consertar, por isso que eu disse: vamos pegar e fazer isso aqui como nós queremos aqui, não é obrigado a se mandar para a Prefeitura tudo que veio aqui não, se veio por aqui para a gente aprovar eu acho que até é uma burriceira nossa dos Vereadores, vamos ver as alterações, alegou os motivos, vamos fazer a alteração e a obrigação nossa é acompanhar, nós vamos ficar com cópia aqui em mãos. Então têm que ver essas duas coisas para poder ver como está a situação, concordo com ele, está mal feito, se foi mal feito, foi então vamos ajeitar, vamos, chama os Vereadores, eu acho que esse artigo não é assim,



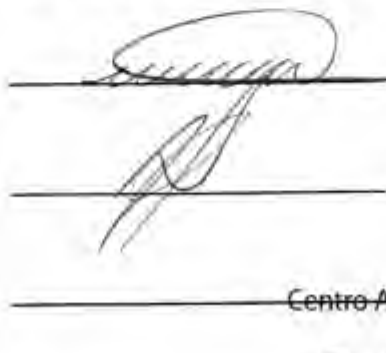
é assim então vamos corrigir. Isso para quem quer ajudar o Município, neste caso não estamos ajudando o Município e quando a gente ajuda o Município, vamos é rasgar isso aqui e fazer tudo de novo e vamos acompanhar o resultado. Com a palavra a **Vereadora Surama** diz que venho a essa tribuna para tentar tirar as dúvidas que estou, cada pronunciamento de Vereador a gente fica se questionando, se perguntando, quando o Presidente fala que nós temos a obrigação de modificação essa LDO, que são a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de dois mil e onze, fico aqui me questionando se realmente essas modificações feitas por cada Vereador que tenho a plena convicção e a plena certeza que nenhum Vereador que está sentado nesta cadeira, representando cada cidadão guadalupense vai querer o mal para sua cidade, para cidade de Guadalupe, porque o que o povo realmente presencia e ouve em suas residências são as defesas, são as indicações de cada Vereador sempre buscando o melhor para sua cidade, então, como foi falado pela Vereadora Lúcia e pelo Presidente Zé Mota, será que essas modificações que serão feitas por nós vão ser atendidas pelo Executivo Municipal? Eis aqui a questão, eis aqui o questionamento, porque quando ele manda essa LDO para que seja apreciado por essa Casa Legislativa, por que não vem já a coisa pronta, sem essa dificuldade, por que esse arroteio, por que tantas falhas que os prejudicados sempre são os menores: é o servidor, é o Município. Então o que eu vejo é isso aí, porque aqui tem alguns artigos que jamais poderemos concordar, aí eu me pergunto: a gente faz essa modificação, será que vai ser atendida? Então aqui no artigo décimo sexto fala na execução do orçamento verificando que o comportamento da receita poderá afetar o comprimento das metas estabelecidas, onde existe o inciso primeiro e segundo, que não vou nem questionar, pois vai perder muito tempo, nós Vereadores sabemos o que estou relatando aqui é um prejuízo ao servidor do nosso Município. No artigo também quarenta e quatro onde fala: o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluído os subsídios dos Vereadores e excluindo os gastos com inativos não poderá ultrapassar o percentual de sete por cento, isto aqui não está amarrado, quando ele fala que não poderá ultrapassar o percentual de sete por cento ele pode muito bem no entendimento dele querer repassar aqui para Câmara: um por cento, dois por cento e aí? Por que isso já não vem amarrado em sete por cento? Por que é



necessário? Sete por cento taxativo, por que essa burocracia? Essa perda de tempo de nós estamos aqui discutindo. Porque jamais, gente, eu serei contra o benefício, o crescimento da cidade de Guadalupe, quem é que não vê e quem não sabe o que esta Vereadora sempre quando usa essa tribuna é querendo o melhor para sua cidade, não falo só de mim, porque os demais também têm dado a sua contribuição em indicação, em sugestão. Então Presidente eu quero aqui finalizar, tô com muita dúvida neste sentido, porque tem vários artigos que não compete a nós realmente tomar essa decisão e essa certeza se realmente isso vai ser obedecido nesta modificação, obedecido pelo Poder Executivo. Então a gente fica com dúvida e eu concordo com o irmão AD, o Adcárliton, que essa LDO foi entregue no dia trinta de abril de dois mil e dez, é um tempo muito extenso, mas infelizmente só hoje nós estamos tendo essa oportunidade de estamos aqui discutindo, então acho que faltou uma preocupação maior por parte de nós Vereadores sentarmos antes aqui em qualquer gabinete de qualquer Vereador para a gente realmente ter tido uma discussão mais ampla, realmente trazer já tudo pronto para que hoje nós pudéssemos estar simplesmente dando o seu voto favorável ou contrário. Quero aqui encerra, neste meu entendimento não quero aqui antecipar o meu voto, só quero aqui dizer que estou em dúvida neste sentido e vou esperar o pronunciamento do colega Jesse James e do Presidente e do colega Pierre para que a gente possa chegar uma conclusão final e jamais querer aqui prejudicar a cidade de Guadalupe. O **Presidente Zé Mota** fala que a Vereadora Surama está certa e concorda plenamente, se a gente vota, acrescentar isso aqui e o Prefeito não obedecer de quem é a culpa? É nossa. É nossa, porque nossa obrigação é fiscalizar. Nós aprovamos uma coisa e ele tem por obrigação de seguir aquilo que foi aprovado, por isso que estou dizendo, podemos mexer, em havendo alguma alteração na emenda, fazer do jeito que todos chegarem a consenso, e todos os Vereadores nós vamos fazer isso aqui se lá fizeram errado, estamos aqui para corrigir. Concordo plenamente, porque quantas coisas erradas eu já e botam para mim assinar e eu não assino, agora eu tenho que dizer porque e alterar, aqui está me dando o poder de eu alterar, eu ou qualquer um vereador. Qualquer um Vereador tem o direito de alterar, após a alteração que for para a Prefeitura, vai encaminha com as alterações, cada Vereador tem o direito de receber um



exemplar com as alterações, se o Prefeito não obedecer, nós temos todo o direito de entrar com um requerimento dizendo que ele não está seguindo aquilo que foi aprovado pela Câmara. É, foi decidido e não está sendo obedecido, isso, acho que Prefeito nenhum não é doido para fazer uma coisa feita Câmara e ele fazer o contrário, isso eu tenho certeza, nem Wallem que quer que seja, porque se ele desobedecer uma coisa que foi aprovado pela Câmara é muita coragem, eu digo é muita coragem porque nós estamos aqui para fiscalizar e nesse ponto cê vê o a Vereadora Surama falou e eu achei com razão é o seguinte: cadê as nossas solicitações, nossos pedidos, indicações que é feito e quando chega aqui eu mando para lá, todo mundo sabe que não deixo guardado na Câmara, aqui não, eu encaminho nos anexos e fica uma cópia aqui, algumas coisas foram feitas e estão sendo feitas, o que precisa mais é a gente fazer as coisas e mostrar: tá aqui. Eu fiz isso, se ele não está obedecendo isso, eu vou entrar com um requerimento na Casa, na Câmara, vou mostrar por A mais B que ele não está cumprindo aquilo que foi aprovado pela Câmara. Então tá aí, estou deixando bem claro para vocês, para vocês pensarem bem, isso daqui vou tornar a repetir, nós não vamos mandar isso do jeito que está aqui não, pois vão chamar até a gente de burro e aqui é uma Casa de gente inteligente, que briga e sempre brigou pelas coisas de Guadalupe. Eu não estou pedindo que ninguém vote a favor, mas vamos fazer as coisas mostrando porque vamos alterar? Vamos. Vamos acompanhar? Vamos. Errou, vamos... Punir, o Vereador tem, na Lei Orgânica, tem direito, no Regimento Interno, tem o direito plenamente. Agora vê uma coisa errada, deixar errada e ficar comentando na rua, aí piora a situação do Vereador. Nós temos que fazer mostrando, tá aqui. Com a palavra o **Vereador Jesse James** diz que foi até bom essas discussões, pois assim ficou claro para a comunidade nossos pensamentos, nossas razões. Esse orçamento, a meu ver, não tive, nem se relacionado a tempo, mas o pouco que analisei percebi contradições, que seja, como foi dito pelos Vereadores, que seja alterado, nós possamos procurar um tempo para fazer alterações, mas enquanto permanecer desta forma continuarei dar meu voto em contrário. Só darei meu voto em algo, em algo para beneficiar de forma transparente a comunidade de Guadalupe. Temos opiniões formadas e temos que ser respeitados, questões que foi citado um item, se não me engano, pelo Vere-





ador Amadeu e os Vereadores que me antecederam, a questão daquelas pessoas que foram aprovadas em concurso e que não foram chamadas, que foi citado aqueles que se afastarão por motivo X, essas pessoas não serão chamadas enfim, o Prefeito irá contratar quem ele quiser, e essas pessoas? As pessoas que foram capazes, com toda batalha e sofrimento, se esforçaram para passar no concurso, serão prejudicadas. Será, como foi dito pelo próprio Presidente, como fizemos todos os nove Vereadores, várias indicações, vários requerimentos, solicitando melhorias, serão que não queremos o progresso? E aí, serão que foram feitas? Se saíram do papel essas melhorias? Era hora dele, o Prefeito indicar a essa Casa, mandar para esta Casa porque não foram feitas, porque não saíram do papel nossas indicações. Então vamos fazer como fizemos no orçamento, que foi reprovado uma vez, duas, vezes, três vezes, até chegou a altura que foi reanalisado novamente por esta Casa e é isso que deve ser feito. E por enquanto meu voto é conforme o parecer. Com a palavra o **Vereador Pierre** fala que o equilíbrio emocional é importante em tudo e eu não tolero quando vejo amigos sendo humilhados, aqui não tem nenhum dono do mundo, apenas somos filhos do dono do mundo. A arrogância sempre é criminalizada, o Cícero cinquenta e cinco anos. O **Presidente Zé Mota** diz que Vereador nós estamos aqui tratando o assunto da LDO. O **Vereador Pierre** fala que muito bem que vai chegar lá. Tenha educação e respeito pelo meu discurso, o certo é o Presidente falar no fim. Pois bem. O **Presidente Zé Mota** diz que estamos falando de uma coisa e não vamos mudar o assunto. O **Vereador Pierre** diz: tudo bem, Presidente, vou voltar a LDO, como o Presidente quer, eu vou obedecer. É porque a gente tem que esclarecer as coisas para o povo não pensar que a gente tá contra o povo, a gente está contra as seboseiras, as coisas erradas que alguns incompetentes fazem e mandam para cá para a gente fazer angu de puba, fazer cuscuz, não é assim. Então eu reduzo e abrevio meu discurso, em função do comportamento do Presidente, não tenho nada contra ele, é só que o povo na rua fica querendo saber, o orçamento também teve essa polêmica, mas depois foi aprovado as escondidas nas caladas da noite. Então fico sim a favor do povo, fico a favor do parecer do doutor João Ricardo, do Jesse e dos demais colegas, meu muito obrigado e cedo meus três minutos restantes para quem quiser fazer uso da palavra. O **Presidente Zé Mota** diz

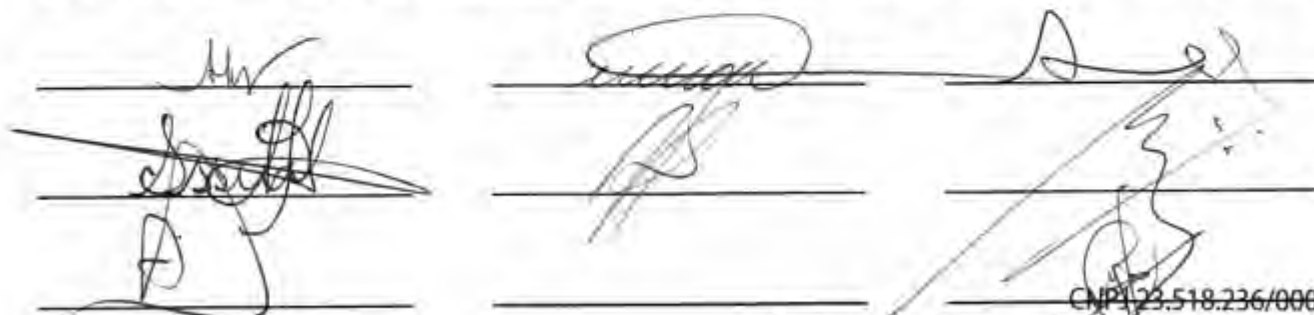
que tinha pedido a todos os Vereadores para quando a gente estiver tratando de um assunto, tem que ser só aquele assunto. Eu não quero, eu não sou dono daqui, eu estou aqui provisório, já disse e repito novamente enquanto eu estiver aqui, tem que ter respeito, a pessoa não pense aqui quando se estar se tratando de uma coisa séria, chega uma pessoa para falar o que foi dito. Eu toda vida digo para o nobre Vereador que as palavras dele é chover no molhado. Olhe, eu gostaria, então você é o pior ignorante, que sabe da coisa e fica repetindo, esse que é o ignorante, chamado ignorante, porque sabe e repete, não estou aqui para humilhar ninguém e estou vendo aqui tem que ter ordem, só ordem tem que ter. Aqui o orçamento aqui vota quem quiser deixar aqui, votar quem quiser fazer emenda, todos os Vereadores têm direito de fazer tantas emendas, até no total, até no total tem que fazer, agora se algum Vereador que não queira fazer as emendas porque acha que ele não merece fazer as alterações é uma coisa. Então tá aqui o Regimento Interno, cópia da Lei Orgânica aqui, o Presidente tem que está com ele em mãos aqui, e como o Vereador disse que lei sabe decorada então dar a entender o que? A pessoa que sabe e faz merece o que? É o que? O povo julgar, o povo que vai julgar, não sou eu, estou aqui humilhando ninguém, estou cumprindo apenas o meu dever e minha obrigação que o povo me confiou. Fica aqui, coloca ou não coloca? Fica as pessoas para lê e fazer uma nova reunião específica para isso. Não, eu sou a favor da maioria, e já disse isso várias vezes, quando eu erro não erro só, erro com todos, todas às vezes peço opinião de todos os Vereadores não faço nada de minha cabeça. O que eu faço de minha cabeça, digo e repito, é respeito, respeito e respeito, que quando estiver aqui tem que ter respeito, olha eu vou colocar o seguinte eu vou colocar em votação as emendas e de acordo com a votação nós iremos, pudemos até fazer uma nova alteração, uma alteração geral, inclusive eu vou ter muito tempo, eu só vou trabalhar até quarta-feira meio-dia, e tem o resto daqui até domingo eu tô livre, eu penso ir a Teresina, não sei. Para a gente fazer um negócio desse bem feito e mostrar para o povo de Guadalupe, olha rapaz a Câmara recebeu uma Lei de Diretrizes Orçamentárias e nós alteramos assim, assim, assim, assim, assim. Com a palavra o **Vereador João Ricardo** fala: como foi citado logo no início como se alguns Vereadores quisessem atrapalhar a Administração Municipal e a verdade não é essa e





hoje a Câmara Municipal de Guadalupe tem Vereadores que são formados e procuram os erros e a gente não chegue lá no orçamento e seja reprovado lá, como foi reprovado várias vezes o orçamento passado, que a gente ficou discutindo e tal e tal. Então hoje a Câmara de Guadalupe está bem e só quero que as pessoas entendam, não entendam mal, a nossa preocupação é colocar na Lei aquilo para dois mil e onze para que venha correto, só isso, eu queria deixar bem claro. O **Presidente Zé Mota** diz: isso o que falei, então eu falando inglês ou francês e ninguém está entendendo, porque o que eu falei foi o seguinte: se a Lei veio para cá e veio errada, a obrigação nossa é consertá-la, é fazer nela, o total nela, até o total, total, fazer todos os artigos e fazer alteração e mostrar que nossa Câmara é competente e não recebe coisa de cima para baixo, estou mostrando que todo mundo leu aqui, nós temos que mostrar o que nós somos, todos os nove Vereadores, então, nós não estamos desfazendo de ninguém, pelo contrário vamos fazer o negócio correto. Com a palavra o **Vereador João Ricardo** diz: só para completar certo, desde a semana passada quando explanei a situação aqui, ninguém da Administração veio atrás para poder corrigir algum erro, para poder ver alguma coisa, não veio. Então só ficou a cargo de nós e nem todos aqui leu a Lei por completo, na Câmara, em algumas Câmaras do Sul do País, para a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, de abril até o final de junho acontece duas audiências públicas onde é discutido com a comunidade algumas coisas assim e lá é feito um plano para administração para dois mil e oito para que sirva de base para o orçamento de dois mil e onze. Então se tivesse acontecido essas audiências ou reuniões que tivesse sido colocado em pauta antes para discussão nós não estaríamos aqui hoje falando, revisando e tocando no assunto. O **Presidente Zé Mota** diz que acha o seguinte: nós temos que mostrar quem nós somos, o que nós queremos, não é obrigado vim nada aqui para nós engolirmos não, nós temos que saber e distinguir e mostrar, isso aqui vai servir até de exemplo isso aqui, que a Câmara não vai está perguntando, eu não vou está perguntando, indo lá e voltando saber do Prefeito, e isso aqui, faz isso. Nós é quem temos que fazer e mostrar para nós o resultado que nós achamos. Pergunta se concordam que a gente faça uma votação, uma discussão e fazer aqui, se der tempo, mexer nisso aqui tudo, e podemos fazer uma reunião até fora aqui para quarta-feira

ou quinta. Então pronto fica a discussão. Vamos combinar e vim mesmo. Depois que for feito as alterações todas isso aqui não tem valor mais nenhum, por nós vamos ter que fazer o que nós queremos, eu disse várias vezes aqui. Então vamos marcar para segunda-feira, para mim não altera. Vai ser colocadas as emendas que vossa excelência fez juntamente com as demais, as alterações que tem aqui e o que estiver aqui e acabou. Tá aí, está assinada as emendas suas e vamos inserir as demais e as emendas dos outros pessoal. Pronto fica resolvido. Pois acho o seguinte fazendo um acordo a gente trabalha bem, só quero que as pessoas depois não falem, Mota e... O meu jeito é esse de trabalhar, peço até desculpa a vocês e aos ouvintes, porque eu só falo assim. Lá em casa a mulher briga muito comigo porque só falo alto, se eu falo com a pessoa uma vez, quando a pessoa liga para mim opa Zé Mota, já sabe que sou eu, porque eu só falo alto, não é porque eu queira não, eu porque é assim. Peço desculpas, todo mundo sabe quando estou errado eu peço desculpas, não tira nada de ninguém a desculpa. Pode marcar que eu venho, mesmo que eu não possa vim, venho nem que seja para passar uma hora, duas horas, quem trabalha é um negócio sério. Pois é vamos dar continuidade aos nossos trabalhos, estamos chegando o recesso e convida os colegas Vereadores para a gente dar um pulinho lá na barraca da dona Aparecida que é funcionária da Câmara, eu mandei fazer lá uma galinha para a gente conversar. Então a gente vai para lá, vamos esquecer a partir daquela porta tudo, vamos conversar, vamos trabalhar unidos, todos unidos faz tudo e se um ficar puxando uma corda e ou puxando a outra ninguém sabe, termina caindo quebrando um braço, uma perna. O pessoal falou muito em plano de cargos e salários, hoje as empresas, as grandes empresas hoje estão fazendo o que, terceirizando, porque o custo de um empregado, você tendo uma pessoa, você pagando o salário mínimo que é quinhentos e dez, você paga o dobro, você pagar mil e cem é melhor pagar quinhentos e dez porque você está livre de tudo é por isso que a Prefeitura está cheio de ação trabalhista. Você vê, não vou longe não a Chesf só contrata aquelas pessoas da atividade fim da empresa, atividade meio ela não contrata mais, ela terceiriza, porque na hora ela só bota a pessoa que o representante mandar, olha coloca fulano, a empresa vai e bota, fica aí, eu vejo neste ponto de vista, porque você está livre de tanta coisa e a pessoa nem pensa.





Ao invés de ganhar quinhentos e dez, pague mil e cem para a empresa contratar ele e você está livre de qualquer, quando vim surgir alguma ação trabalhista é dela, eu não quero saber disso aí, não vou cobrar do empregado não, vou cobrar dele, quero é isso, a gente lá na Chesf faz isso e se a pessoa não cumprir, aí o contrato é reincidento, aí mostrar porque, acabou. O empregado está lá, não porque fulano de tal me colocou, se ele não trabalhar vai para fora, perguntar para outra pessoa. É melhor você pagar isso de que contratar uma pessoa. Eu vejo. Não é dizendo que as pessoas não merecem ter emprego, mas da empresa, colocado pela pessoa responsável, eu posso, melhor só quero empregado da cidade de Guadalupe, não coloca ninguém de fora, ninguém, tem que ser tudo daqui, pois quem manda é a pessoa responsável pelo contrato quem manda. Com a palavra a **Vereadora Lúcia** lê as emendas nº. 002 e 003/2010 de sua autoria as defende e pede pela sua aprovação. O **Presidente Zé Mota** diz: como ficou acertado então a Lei de Diretrizes Orçamentárias vai para a segunda-feira, dia vinte e oito, juntamente com as emendas da Vereadora Lúcia e as outras que estão aí, estou esperando que a gente mexa orçamento, mexa até nele todo, total, seria até uma alegria para poder mostrar lá fora a força que nós temos, alterar sobre tudo, mostrar recebemos isso e a Câmara de Vereadores está consciente, e não é a Câmara que vem só para o Vereador dizer: sim, sim senhor e tudo bem. Nós estamos aqui para mostrar que somos o negócio correto. Com a palavra a **Vereadora Surama** fala: volto a essa tribuna só para fazer esse pedido ao Secretário de infraestrutura a respeito daquele pau de angico branco localizado na Vila Parnaíba, em frente a casa de dona Vilanir que está causando um grande transtorno, uma fedentina aos moradores daquele Bairro e daquela Rua, então vários moradores já me pediram por várias vezes que se fosse retirado esse pau de angico branco que lá as cinco horas da tarde tem, em média, uns cem urubus naquela árvore, então está causando uma fedentina muito grande e vou aguardar a resposta da Secretária que tem algo a falar a respeito e o meu pedido era esse para encerrar o meu pronunciamento nesta noite de hoje. O **Presidente Zé Mota** fala: Vereadora, vou fazer uma pergunta: e quanto ao IBAMA o Secretário vai ter que negociar com o IBAMA. A **Vereadora Lúcia** diz a Vereadora que estava no gabinete do Prefeito na hora que ele estava recebendo todas as indicações daqui,



inclusive quando ele leu a sua tinha por coincidência uma moradora vizinha lá dessa questão e disse, comentou para ele que na realidade está prejudicando muitas pessoas, está incomodando muito, então ele disse que de imediato ia fazer um ofício ao IBAMA pedindo a autorização, infelizmente todos sabemos que não podemos tirar uma árvore antiga sem autorização do IBAMA. O **Presidente Zé Mota** convida os Vereadores e funcionários para ir a barraca da dona Aparecida. Sem mais nada a tratar, o **Presidente Zé Mota**, em nome de Deus, declarou encerrada a presente Sessão. Eu, **Ana Lúcia Policarpo da Cruz Gomes**, 1ª (primeira) Secretária, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos demais **vereadores** aqui presentes.





